



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

REJANE DIAS BARBOSA

**HERANÇAS AFRICANAS NAS BRINCADEIRAS DE CRIANÇA: A
IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

GUARABIRA-PB

2015

REJANE DIAS BARBOSA

**HERANÇAS AFRICANAS NAS BRINCADEIRAS DE CRIANÇA: A
IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba,
Departamento de Educação, Campus III, como pré-
requisito para a obtenção do título de especialista em
Educação Étnico-Racial na Educação Infantil.**

Orientador (a): Prof.^a Ms. Emília Cristina F. de Barros.

GUARABIRA-PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

B286h Barbosa, Rejane Dias

Heranças africanas nas brincadeiras de criança: a importância da ludicidade na educação infantil / Rejane Dias Barbosa. – Guarabira: UEPB, 2015.

47 p.

Monografia (Especialização Étnico-Racial na Educação Infantil) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof.^a. Ma. Emília Cristina F. de Barros.”.

1. Heranças Africanas.
2. Brincadeiras de criança.
3. Educação Infantil. I.Título.

22.ed. CDD 370

REJANE DIAS BARBOSA

**HERANÇAS AFRICANAS NAS BRINCADEIRAS DE CRIANÇA: A
IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia defendida e aprovada em: 15/12/2015

BANCA EXAMINADORA:

Emília Cristina Ferreira de Barros

Prof(a): Ms. Emília Cristina Ferreira de Barros (UEPB)

ORIENTADORA

Vânia Cristina da Silva

Prof(a): Ms. Vânia Cristina da Silva (UEPB/EAD)

Azemar dos Santos Soares Júnior

Prof: Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior (UEPB)

GUARABIRA-PB

2015

Dedico este trabalho a todos que de forma direta ou indireta me ajudaram em sua conclusão.

De forma especial a Carlos Alberto e Ana Sophia pela compreensão, apoio e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pelo desenvolvimento das múltiplas inteligências, pela capacidade de superação dos momentos difíceis durante a pesquisa.

A minha família, pelo apoio incondicional durante todo o estudo.

A Professora Ms. Emília Barros a minha gratidão, pela sábia orientação, pelas indicações de leitura, pela crítica propositiva e pela firmeza como acompanhou a trajetória de construção coletiva deste trabalho.

Aos Professores do Curso de Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil, pelas vivências positivas e múltiplas aprendizagens, durante o Curso.

Aos amigos e amigas do Curso de Especialização, pela oportunidade convivermos e aprendermos uns com os(as) outros(as).

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (Boaventura dos Santos)

RESUMO

A presente monografia estuda a importância da ludicidade influenciada pelas heranças africanas, trazendo um breve histórico sobre a situação do negro no Brasil, desde o período de colonial até os dias atuais, promovendo uma discussão acerca dos caminhos a serem seguidos para a promoção de um resgate histórico da importância do negro nas brincadeiras de criança. Num segundo momento a pesquisa trata das contribuições dos principais teóricos que discorrem sobre a temática. O foco principal dessa pesquisa é analisar a importância das brincadeiras na educação infantil, bem como a influência africana nestas brincadeiras que são reproduzidas por muitas crianças e professores da educação infantil, visando contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico baseada nas contribuições de: Wallon(1994), Piaget(2005 – 1995 – 1986 – 1991 – 1973 – 1971), Vygotsky(1991 – 1988 – 1984), Freyre(1900 – 1987) e Cascudo(1988), entre outros. O referido estudo corrobora para um processo de construção e valorização da identidade cultural do negro, bem como, para a compreensão da importância do brincar para a construção do conhecimento. Ao fim da pesquisa, percebe-se que o desconhecimento dos brinquedos de origem africana anteriores ao século XIX dificulta o reconhecimento da influência negra nas brincadeiras de criança, sendo necessário e urgente o aprofundamento das pesquisas sobre o tema proposto.

PALVRAS-CHAVES: Heranças africanas, Brincadeiras de criança, Educação Infantil.

ABSTRACT

This thesis studies the importance of playfulness influenced by African heritage, bringing a brief background on the situation of blacks in Brazil, since the colonization period to the present day, promoting a discussion of paths to follow to promote a historical the importance of the black child's play. Secondly the research deals with contributions from leading theorists who talk about the issue. The main focus was to catalog African descent source games that are played by many children and teachers of early childhood education, to contribute to the development of the teaching and learning process. For this purpose, a bibliographic nature of research based on contributions was made: Wallon (1994), Piaget (2005 – 1995 – 1986 – 1991 – 1973 – 1971), Vygotsky(1991 – 1988 – 1984), Freyre (1900- 1987) and Shelly among others. This study corroborates a process of building and enhancing cultural identity of black as well as for understanding the importance of playing for the construction of knowledge. After the survey, we can see that the lack of black origin toys prior to the nineteenth century makes recognition of the black influence on child's play, with an urgent need to deepen the research on the theme.

KEYS-WORDS: African Inheritance; Children's games; Childhood education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 HISTÓRICO DAS CRIANÇAS AFRODESCENDENTES NO BRASIL.....	12
2.1 Leis Abolicionistas.....	14
2. Da Escravidão ao trabalho livre e assalariado.....	18
3 A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
3.1 O Surgimento das Instituições de Educação Infantil.....	23
3.2 Lei que Regulamenta a Educação Infantil.....	27
3.3 Educação Infantil como Direito Legitimado.....	27
3.4 A Lei 10.639/03 Cultura e Educação Afrodescendente.....	28
3.5 A Construção da Identidade Negra.....	31
4 AS INFLUÊNCIAS AFRICANAS NAS BRINCADEIRAS DE CRIANÇA:A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	33
4.1 A Herança Africana nas Brincadeiras de Criança.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, a relação da sociedade brasileira com o negro é baseada na discriminação e negação das suas contribuições na formação do povo brasileiro, na educação isso não é diferente. No entanto, buscar a origem das brincadeiras de criança, contribui para o reconhecimento das influências e heranças afrodescendentes nesse processo. Todos os povos apresentam brincadeiras pertinentes às necessidades de cada cultura. A maior parte das brincadeiras brasileiras são resultados da espontaneidade da cultura popular, que perpassa os limites da arte de brincar, cantar, dançar e imaginar.

As mudanças ocorridas na sociedade impuseram também profundas mudanças no âmbito educacional. A evolução na forma de pensar das crianças percebe-se na maneira pela qual elas vêem o mundo, que já não é mais o mesmo. É nessa perspectiva que se apresenta a nova educação infantil: a oportunidade de ofertar as crianças um novo olhar, uma “nova infância”. Infância esta que precisa ser respeitada em suas pluralidades e singularidades, tendo garantido o direito de brincar e por intermédio das brincadeiras desenvolverem suas habilidades e competências.

Partindo dessa concepção, as brincadeiras na educação infantil são consideradas elementos fundamentais na construção do desenvolvimento cognitivo. É por meio das brincadeiras que as crianças se expressam, criam e recriam as representações do mundo concreto com a finalidade de compreendê-lo. Através das brincadeiras dirigidas ou espontâneas, as crianças aprendem a conviver em grupos, repartir, respeitar os limites e desenvolver a imaginação e a criatividade, contribuindo para a resolução de problemas futuros.

A escola é um dos principais espaços capazes de proporcionar por meio das brincadeiras uma vivência que permite o desenvolvimento da saúde física, emocional e intelectual da criança. A ludicidade constitui-se no mundo da fantasia e da imaginação, merecendo, portanto, toda a atenção dos pais e profissionais da educação, pois é através das brincadeiras que acontecem experiências inteligentes e reflexivas, cheias de emoções e seriedade.

Sobre o exposto diserta Piaget:

[...] A função educativa da brincadeira, por exemplo, oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo. A brincadeira dirigida impõe regras, sendo assim é uma atividade lúdica do ser socializador. (PIAGET, 1991, p. 122)

Inserir o lúdico na prática educativa, não significa retirar a seriedade e importância dos conteúdos propostos nos currículos escolares. Porém, surge como elemento indispensável para a educação, visto que, a ludicidade permite que as crianças criem, recriem, descubram, construam, organizem e desorganizem o mundo a sua volta, possibilitando a construção do processo de aprendizagem. Desse modo, o presente trabalho visa contribuir com a praxe dos profissionais envolvidos na educação infantil.

Sendo assim, levanta-se a seguinte problemática: qual a importância da influência africana nas brincadeiras de criança, contribuindo para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem?

Para tanto, a opção metodológica para a realização desse trabalho será a pesquisa de cunho bibliográfica que de acordo com Ferrão (2008, p 103) “baseia-se em consultas de fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para a realização do trabalho”. Para tal pesquisa contamos com as contribuições de autores que estudam o tema. O desenvolvimento do trabalho seguiu os seguintes passos metodológicos: seleção bibliográfica, classificação e fichamento de livros, artigos, revistas e textos, análise das informações.

Conforme Gil, a pesquisa classifica-se como exploratória:

[...] Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. GIL (1996, p 45)

Contudo, pretende-se com este trabalho de pesquisa trazer contribuições para os professores da educação infantil, bem como, promover um resgate e valorização da cultura africana e afrodescendente por meio das brincadeiras populares usadas como instrumento pedagógico e que por vezes sua origem é desconhecida, buscando assim desenvolver um trabalho significativo, de qualidade e relevância social.

A fim de investigar a relevância das influências africanas nas brincadeiras de criança e atingir os objetivos propostos, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos:

O primeiro capítulo faz um breve relato sobre a situação das crianças negras no Brasil desde o período colonial aos dias atuais e as leis abolicionistas. O segundo capítulo, aborda a infância e a educação infantil, o surgimento das instituições de educação infantil, a lei que regulamenta a educação infantil, a educação infantil como direito legitimado, a educação infantil segundo a LDB, a lei 10.639/03 cultura e educação afrodescendente e a construção da identidade negra.

Por fim, o terceiro e último capítulo apresenta a importância da ludicidade para a educação infantil, a criança e o brincar e as influências das heranças africanas nas brincadeiras de criança, visando resgatar o papel social do negro na sociedade brasileira.

Diante do exposto, esse trabalho visa resgatar a importância da herança africana nas brincadeiras de criança, buscando assim, valorizar a participação do negro na formação do povo brasileiro, bem como, mostrar a relevância da ludicidade na educação infantil para a construção do conhecimento, mostrando sua importância metodológica para dar mais significado ao ato de educar. Por fim, pretende-se também, contribuir para a praxe dos profissionais da educação infantil.

2 HISTÓRICO DAS CRIANÇAS AFRO DESCENDENTES NO BRASIL

O período de colonização pelo qual passou o Brasil resultou em graves consequências sociais e econômicas, sobretudo, para o povo africano trazido a força para compor a mão de obra escravocrata em nosso território. A cultura canavieira e posteriormente a cafeicultura, fez com que o Brasil fizesse uso do trabalho escravo por aproximadamente três séculos desde a chegada dos portugueses em nossas terras.

Estima-se que cerca de 10.000 negros africanos habitavam nosso território no final do século XVI. Estes habitantes estavam distribuídos em números expressivos. No estado de Pernambuco, aproximadamente 6.000, outros se localizavam na Bahia, somando 3.000, o restante estava espalhado pela colônia. Esse tipo de comércio era muito lucrativo, os envolvidos nesse processo cuidavam para evitar prejuízos e alcançar lucros exorbitantes com os negros a serem vendidos e posteriormente escravizados. (Freyre, 2005, p 21)

Os mesmos eram trazidos acorrentados nos porões de navios negreiros e tinha valor de mercadorias, as condições de transporte eram as piores possíveis, com pouca água, pouco ou nenhum alimento e condições sanitárias desumanas. A longa viagem por muitas vezes obrigava homens e mulheres a defecar e vomitar no mesmo ambiente em que viajavam e faziam as refeições, tornando a travessia ainda mais humilhante e perigosa. Tendo em vista que a falta de higiene a qual eram submetidos por longos períodos possibilitava a infecção por vários tipos de doenças, fato que por muitas vezes ocasionava a morte de muitos negros.

José Lins do Rêgo (2001, p. 72-73), em seu livro “Menino de Engenho”, narra de forma extraordinária a travessia oceânica entre Portugal (Europa) até o Brasil (América do Sul). Onde de forma poética, porém, não menos sofrida, uma escravizada relata a Carlinhos, personagem principal do romance, o drama vivido em um navio negreiro quando por meio da força viera ao Brasil:

[...] A velha Galdina era outra coisa. Africana também, de Angola. Viera de lá com uns dez anos. Furtaram-na do pai. Um irmão seu a vendera a compradores de negros, e marcaram-na no rosto a ferro em brasa. Contava a sua viagem de muitos dias: os negros amarrados e os meninos soltos; de dia botavam todos pra tomar sol, onde viam o céu e o mar... A vovó contava que via almas, pássaros brancos batendo asas pelas paredes. Na viagem, estas almas, de noite, ficavam voando por cima dos negros amarrados”.

Neste contexto, as crianças eram sempre as mais afetadas, devido à fragilidade que a pouca idade lhes oferecia, mesmo assim, eram alvo frequente dos traficantes de escravos, por ocupar pouco espaço e consumirem menos alimentos, totalizando aproximadamente 20 por cento do contingente dos navios negreiros. Era comum às crianças acompanharem as mães no trabalho nas lavouras, ajudando a plantar e colher desde muito cedo. Aos sete anos de idade, já podiam ser separadas dos seus pais e vendidas para o trabalho com outras famílias. Comumente eram compradas por nobres para servir de companhia e distração para seus filhos, cenas de maus tratos eram práticas comuns.

A escravidão tinha como condição fundamental manter os cativos no berço da ignorância, os inferiorizando, ridicularizando e abatendo-lhes toda e qualquer perspectiva de futuro. Como resultado disso, criavam-se pessoas infelizes e com baixa autoestima. Mesmo assim, a condição de vida animal, as humilhações físicas e moral não foram capazes de destruir o sentimento e desejo de liberdade contida na alma de cada negro sequestrado e escravizado pela ganância dos brancos europeus.

Embora os negros tivessem enfrentado longos períodos de confinamento, sofrimento, solidão e total abandono, mesmo tendo sido por muito tempo considerados como animais e ausente de qualquer possibilidade de liberdade, ainda assim, esse povo sempre almejou o desejo de tornar-se livres.

Sobre este desejo de liberdade, afirma Darcy Ribeiro:

[...] Não tem outra saída, entretanto, uma vez que da condição de escravo só se sai pela porta da morte ou pela fuga. Portas estreitas, pelas quais, entretanto muitos índios e muitos negros saíram; seja pela fuga voluntarista do suicídio, que era muito frequente, ou da fuga mais frequente ainda, que era tão temerária porque quase sempre resultava em morte. Todo negro alentava no peito uma ilusão de fuga, era suficiente audaz para, tendo uma oportunidade, fugir, sendo por isso, supervisionados durante seus sete a dez anos de vida ativa no trabalho. (DARCY RIBEIRO, 1995, p. 118).

Para Ribeiro (1995, p. 116), os negros serviam unicamente como instrumento de trabalho, utilizados nas plantações de cana de açúcar no século XVII, nas atividades coloniais agrícolas, domésticas e na mineração. Assim sendo, os acessos à educação sempre lhes foram negados, pelos brancos, classe dominante. Não havia a necessidade de se ofertar educação para os negros, tendo em vista que eram direcionados ao trabalho braçal, os quais não exigia desenvolvimento

intelectual dos mesmos. Ainda permeava entre os brancos o receio de que o acesso à educação pudesse desenvolver nos negros o despertar da consciência crítica, assumindo a condição de maioria da população colonial, podendo assim, rebelar-se contra a dominação da minoria branca.

[...] Conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas. Por isso, para compreendermos a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 13).

No tocante, faz-se importante destacar a imensa contribuição dos negros africanos para a formação do povo brasileiro, desde que aqui chegaram, trouxeram consigo uma enorme riqueza cultural expressada através da dança, música, religião, língua, comidas e brincadeiras tradicionais em seus países de origem e que se tornaram parte importante no processo de miscigenação brasileira, sendo também, agentes sociais que todos os dias lutavam contra a sociedade racista existente desde o processo de colonização.

2.1 LEIS ABOLICIONISTAS

Em 1871, foi assinada a Lei do Ventre Livre, que tornava livre os filhos de mães escravas, mas somente até a idade infantil terminar, pois quando eles eram jovens eram vendidos e comprados pelos donos de fazendas e pela família Real.

"Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data dessa lei serão considerados de condição livre." (ALBUQUERQUE, 2006, p. 177).

[...] Além de libertar os recém-nascidos, a lei criou outros direitos, como a criação de um fundo de emancipação e a matrícula obrigatória dos cativos. Reconhecia ainda o direito ao pecúlio – alforria – pelo qual o escravo podia comprar sua liberdade. Depois dessa lei, inúmeros escravos recorreram à justiça para conseguir a tão sonhada liberdade. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 177).

§1º: Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima

fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

§2º: Qualquer desses menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se à avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver acordo sobre o quantum da mesma indenização.

§3º: Cabe também aos senhores criar e tratar os filhos que as filhas de suas escravas possam ter quando aquelas estiverem prestando serviço. Tal obrigação, porém, cessará logo que findar a prestação dos serviços das mães. Se estas falecerem dentro daquele prazo, seus filhos poderão ser postos à disposição do governo.

§4º: Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos que estejam em poder do senhor dela, por virtude do §1º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los e o senhor anuir a ficar com eles. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 178).

Como uma criança é incapaz de sobreviver sozinha, os senhores de engenho utilizavam-se deste artifício para mantê-las escravas sem que perdessem seus futuros trabalhadores. Crianças nascidas livres não era responsabilidade dos senhores, fazendo com que o descaso com os recém-nascidos fosse muito grande aumentando o índice de mortalidade infantil. Castigos, humilhações, ofensas e trabalhos aviltantes eram marca presente em todas as etapas da vida das crianças escravas.

Outra ocupação atribuída às crianças era a de servir em guerras, como por exemplo, na Guerra do Paraguai, sendo elas livres ou não. Crianças abandonadas nas ruas também eram obrigadas pelos chefes de polícia a se alistarem. Sendo considerada peça fácil de reposição, eram utilizadas nas tarefas perigosas, como carregar pólvora, munições e canhões.

Porém, a única forma de se conseguir escravos não eram as guerras. Criminosos presos eram submetidos ao trabalho escravo como forma de punição. Em momentos de extremas catástrofes como a fome e a seca, surgia como atitude extrema a troca de membros da família por comida, prevalecendo o instinto de sobrevivência.

Para Albuquerque (2006, p.15), sentenciar alguém à escravidão era, acima de tudo, desenraizá-lo e desonrá-lo.

Desta forma, pode-se entender que a Lei do Ventre Livre não foi capaz de melhorar a vida das crianças negras no Brasil, as mesmas eram introduzidas ainda na infância no aprendizado do ofício nos engenhos. Assim, percebia-se claramente a

diferença entre os filhos e filhas dos brancos, que eram introduzidos ao aprendizado escolar e não ao mundo do trabalho, quando ainda crianças.

Durante o século XVIII, um fato comum entre as famílias pobres dos brancos, era o abandono dos bebês em alguns centros urbanos. Mas, no caso das famílias negras, esse fato quase não ocorria, pois, todos os filhos dos cativos eram alvo de futuras comercializações, sendo para os fazendeiros essa uma alternativa bem mais atraente. Por isso, muitas mães negras faziam do aborto uma prática comum, a fim de evitar que seus filhos passassem pelo mesmo sofrimento que elas passavam. As crianças do sexo masculino seriam direcionadas ao trabalho na lavoura, e as crianças do sexo feminino direcionadas aos trabalhos domésticos e posteriormente aos serviços sexuais para os fazendeiros e seus filhos.

Em breve relato discutido até o presente momento, torna-se claro que a Lei do Ventre Livre não passou apenas de um “negócio”, agora respaldado de acordo com a lei, a qual foi claramente redigida em favor dos senhores de engenho e em detrimento aos interesses dos escravos.

No início do século XIX, movimentos abolicionistas se espalhavam pelo mundo, sobre forte pressão, o fim do tráfico de negros era duramente solicitado. Mas, era da Inglaterra a posição mais contundente sobre o assunto. A pressão dos abolicionistas levou o parlamento inglês a proibir em 1807 o tráfico de escravos para as colônias americanas e em 1833, aboliu completamente a escravidão.

A proibição do tráfico fez aumentar de forma absurda o preço dos escravos, e cada vez menos pessoas podia comprá-los. Mas a proibição por si só não foi capaz de por fim ao comércio de cativos, ao contrário, ampliou-se com mais força, uma vez que os fazendeiros precisavam dessa mão de obra para o trabalho nas fazendas de café. Na tentativa desesperada de solucionar este impasse, surgem no Brasil várias leis sobre o assunto.

Nesse sentido, versa Prado (2000):

Decreta a Lei da Terra (1850\ n° 601)

[...] As sobras de produção dos quilombos eram vendidas aos brancos das vilas. O sistema - percebendo o crescimento do poder econômico do negro e que os brancos do interior estavam perdendo sua valiosa mão de obra a partir desta nova lei, as terras só poderiam ser obtidas através de compra. Assim, com a dificuldade de obtenção de terras que seriam vendidas por preço muito alto, o trabalhador livre teria que permanecer nas fazendas, substituindo os escravos. (PRADO, 2000 p. 12).

Era cada vez mais crescente o número de pessoas das mais diversas classes sociais que repudiavam publicamente a escravidão. Embora em pequenos grupos, no final dos anos sessenta, os abolicionistas começaram a agitar os principais centros urbanos brasileiros.

[...] Sobre forte pressão, no dia sete de setembro de 1831 o parlamento brasileiro aprovou a “**LEI EUZÉBIO DE QUEIROZ**”, onde a partir desta data, ficava terminantemente proibido o tráfico de negros em território brasileiro. A fiscalização ineficiente fez com que a lei não se efetivasse, dando continuidade ao tráfico de negros em solo nacional. (VICENTINO, 2010, pág. 514).

Esse era um momento de crescente efervescência abolicionista, merecendo destaque: Castro Alves, José do Patrocínio, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças, entre outros. A busca pelo fim da escravidão gerava grandes divergências, para alguns, fazia-se necessário apenas às vias parlamentares, para outros, era indispensável à participação popular.

A eclosão dos movimentos abolicionistas era fato. Deste modo, o movimento dos jangadeiros do Ceará, liderados pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, a população aos gritos bradava contra o embarque de mais negros no porto cearense.

Nos anos de 1877-1879o Ceará vivia uma grande seca que destruiu as lavouras e minou as finanças dos fazendeiros, os quais começaram a vender seus negros principalmente para as províncias do Sul e Sudeste, como não podiam embarca-los, os fazendeiros foram obrigados a libertar todo o contingente de negros do Ceará, tornando-se assim a primeira província a acabar com a escravidão no Brasil.

Segundo Vicentino, 2010 p. 522, sob pressão, o governo brasileiro aprovou em 1885 a Lei dos Sexagenários. Lei que libertava, perante indenização, os escravos com mais de 60 anos de idade. Exigia, ainda, a prestação de serviços por mais alguns anos ao proprietário. Porém, as condições aviltantes as quais os escravos eram submetidos por toda a sua vida, fazia com que poucos chegassem aos sessenta anos, e os que chegavam encontravam-se doentes e sem qualquer condição de continuar trabalhando para prover suas necessidades.

A aprovação da Lei dos Sexagenários apresentou um efeito totalmente contrário ao esperado pelo governo, ao invés de acalmar os ânimos, aumentou ainda mais as tensões e os movimentos abolicionistas emergiram com mais força.

Assim sendo, em 13 de maio 1888 foi aprovada a Lei Áurea, que estabelecia de forma definitiva o fim do tráfico de negros em todo o território brasileiro. A partir desta lei, os escravos no Brasil, conquistaram o direito de andar livremente nas ruas, escolher o seu local de trabalho, ter acesso a terra e cultuar os seus deuses, ou seja, teoricamente, os negros conquistaram o direito à cidadania.

Tal notícia foi recebida com muita alegria e entusiasmo por toda comunidade de negros ainda cativos e os já libertos. A Lei Aurea provocou de forma imediata o total esvaziamento das senzalas, propelindo nas ruas de todas as cidades brasileiras milhares de homens e mulheres analfabetos, sem profissão e sem qualquer perspectiva de vida. No entanto, ao liberta-los, o governo nada fez no intuito de garantir aos ex-escravizados condições dignas para a produção de um futuro melhor.

Por mais que a aprovação da Lei Aurea fosse um enorme passo para findar uma árdua batalha travada pelo fim da escravidão no Brasil, os negros não foram libertados em sua totalidade, visto que, por falta de opção muitos continuaram trabalhando sem qualquer provento, apenas por comida e abrigo.

O Brasil foi o último país americano a por fim ao processo de escravidão. Mesmo assim, após, mais de século da aprovação da Lei Aurea, o regime de escravidão ainda persiste nas lavouras canavieiras e em algumas grandes propriedades Brasil a fora.

2.2 DA ESCRAVIDÃO AO TRABALHO LIVRE E ASSALARIADO

Após um longo período de escravidão, teve início outro problema que afetou diretamente os fazendeiros brasileiros, a falta de mão de obra era neste momento um motivo de grandes preocupações para os donos de terras. Porém, a grave crise econômica e financeira enfrentada pela Europa, impulsionou a imigração para o Brasil. Altas reservas da arrecadação fiscal de todo o país, foi destinada ao financiamento da imigração.

Importados a baixíssimos custos, e sob financiamento do governo, os fazendeiros em especial os cafeicultores, passaram a trazer grandes levadas de imigrantes europeus para trabalhar principalmente nas lavouras das regiões Sul e Sudeste, contudo, os negros agora livres, surgiam neste cenário como material

descartável e sem qualquer força política, abandonados à própria sorte na Nova República.

O acúmulo de capital direcionado as regiões Sul e Sudeste, gerou grandes disparidades econômicas presentes nas regiões brasileiras até o momento. A libertação dos cativos, trouxe a sena não apenas o fim de um regime cruel que negligenciava, descaracterizava e oprimia o povo negro, mas, sobretudo, o delineamento de estereótipo social que se almejava para o país.

No novo desenho da sociedade brasileira, estava presente a proposta de branqueamento da população. Deste modo, cada europeu que desejasse vir para o Brasil a fim de expandir a população ganhava um lote de terra, isso agravou ainda mais a situação dos negros, que não mais serviriam como força de trabalho. Essa seria a maneira que os negros e seus descendentes enfrentariam os séculos seguintes.

A abolição da escravatura, não foi suficiente para promover a liberdade e trazer a dignidade ao povo negro. Todas as conquistas relacionadas a esse povo, tanto nas esferas políticas, quanto econômicas e sociais foram fruto do seu próprio empenho e mobilização.

Após anos de escravidão, as crianças negras e pobres ainda são vítimas de descaso e preconceitos que compromete seu desenvolvimento psicossocial. É bem verdade que muitas mudanças significativas ocorreram desde a escravidão até os dias atuais. Porém, é relevante lembrar que tais transformações ainda estão longe do almejado.

No Brasil, a cultura da negação da identidade racial é muito presente. Devido às atitudes racistas provenientes do período de colonização, é comum compreender o processo de miscigenação como algo menor quando se trata da contribuição negra. Na verdade, desde criança, somos ensinados a desvalorizar as tais contribuições.

A dificuldade de se construir uma identidade negra, advém da falta de mecanismos sólidos e contundentes pautadas na educação. As crianças negras que nascem em famílias estruturadas, apresentam maiores chances de desenvolver um conceito positivo de si mesmas.

Com oportunidades desiguais, crianças negras sofrem mais com a violência, evasão escolar e são maioria no trabalho infantil. No entanto, constata-se que tanto a escola como o trabalho aparece como espaços perversos de negação da

identidade negra, a condição social que a população negra foi submetida desde a colonização fez com que para eles fosse necessário privilegiar o trabalho em relação à escola. Em geral, os trabalhos executados por crianças negras são penosos e mal remunerados, sem acesso a educação, o futuro está fadado ao fracasso.

Muitos movimentos sociais atuam em favor das conquistas negras, como por exemplo, a criação da Lei nº 10.639/03 que em 04 de julho de 2003, tornou obrigatório o ensino da história da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, desde o ensino fundamental ao médio. No entanto a lei não teve o impacto esperado, já que, “O racismo no Brasil é cultural desde sua educação básica.” Padrões de beleza, valores religiosos e culturais são baseados em conceitos eurocêntricos, o que influencia a educação das crianças e conseqüentemente a formação dos adultos.

Embora a lei torne o ensino dos elementos afros obrigatório, é comum encontramos escolas que não a aplicam, pois muitos professores não estão preparados para trabalhar a cultura africana, em alguns casos por falta de conhecimento e em outros pelo racismo enraizado na cultura brasileira, também não podemos deixar de mencionar alguns pais que não aceitam ter seus filhos estudando a cultura e, sobretudo, a religião africana.

Sendo assim, as crianças são as mais afetadas pelo racismo. Pobreza e falta de oportunidade enraizadas acabam se tornando um ciclo vicioso. As políticas públicas são colocadas de forma universal, mas não são aplicadas assim. A população negra veio ter acesso à educação há apenas algumas décadas, e essa combinação de trabalho sem educação acaba por abrir outras portas que podem ser trabalho informal, trabalhos braçais ou acabam se enveredando no mundo da criminalidade por exemplo.

3 A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A infância é o Período da vida humana compreendida desde o nascimento até a puberdade, é a primeira fase da vida do ser humano. Para se compreender o conceito de infância e os processos sociais aos quais as crianças estão inseridas, faz-se necessário refletir a infância hoje.

Antes do século XVI, não havia de forma muito clara uma definição de infância, visto que, a ideia que se tem atualmente de criança era inexistente. Para muitos, considerava-se como infância, o período do nascimento até os sete anos de idade. Apenas após a idade média, surge um novo conceito de criança, observada conforme sua idade e desenvolvimento. Contudo, apenas as mais abastadas podiam desfrutar desse período.

Sobre o tema Ariés (1978. p. 107) Discorre:

[...] A partir dessa idade as crianças eram consideradas mini adultos, se vestiam como gente grande e executavam trabalhos para ajudar os pais. Geralmente as meninas trabalhavam com artesanato e os meninos realizavam atividades de caça. Assim, começavam a assumir responsabilidades desde muito cedo, ocorrendo à quebra de etapas da vida.

De acordo com Vygotsky (1991. p.144), criança é objeto de conhecimento que transita um pelo outro através de outra pessoa. Assim sendo, todas as significações que dão formas e conceitos, vão sendo construídas em um contexto cultural constituídas historicamente.

Ao descrever a criança, Vygotsky(1991) a coloca em comparação com macacos utilizados para experimentos, afirmando que as mesmas são capazes de atender a impulsos involuntários, os quais não aparecem em seu campo visual imediato, realizam operações impulsivas e espontâneas, por meio da fala, planejam e executam atividades, agem através de processo psicológico complexo, demarcam e se utilizam de símbolos que definem a atividade humana, manipulam a fala e outros elementos culturais, desenvolvendo o processo do aprender.

[...] Nesse processo de elaboração interpessoal, a criança faz tentativas de imitar a análise intelectual, mesmo sem compreendê-la completamente e pode utilizar-se dela ainda que imitativamente, começa a elaborá-la, transformando e desenvolvendo sua atividade cognitiva. (GALVÃO, 2005, p. 47)

Desse modo, a criança apropria-se de experiências anteriores já consolidadas ampliando seus conhecimentos. O desenvolvimento construído nessa perspectiva é colocado como “Conhecimento de Natureza Cultural”. Porém, o desenvolvimento caracterizado como fenômeno cultural não pode negar a contribuição biológica. Ambos pertencem a ordens diferentes, mas, são construídos pelos mesmos elementos históricos que se formam no período inicial da vida, a infância.

Assim sendo, percebe-se que a criança concebida por processo social, histórico e cultural, desenvolve a aprendizagem conforme seu acesso aos instrumentos sociais internalizados de diferentes maneiras. Contudo, a aprendizagem não se dar da mesma forma, nem no mesmo tempo cronológico. Não há uma forma de aprendizagem e sim várias formas de aprendizagem, tendo em vista, as diferenças biológicas e sociais presente em cada criança.

Wallon (1981. p. 117.) relata que tratar uma criança como sujeito é inseri-la em um processo descontínuo, marcado por contradições e conflitos. O autor destaca estágios e características específicas, mas que são nitidamente demarcadas por sobreposição, mistura e confusão. Pensar a criança como sujeito, é, sobretudo, carrega-la de dimensões cognitivas e afetivas. Nessa concepção o desenvolvimento intelectual, dar-se repleto de emoções, o choro, o sorriso, o movimento, o jogo e outras manifestações peculiares ao período inicial da vida vão sendo relatadas como aspectos que dão passagens para outros comportamentos e novas aprendizagens. O que constitui o pensamento infantil.

É na infância que se verifica os maiores desenvolvimentos, mas também, as maiores transformações, decorrentes das interações do sujeito com o meio, possibilitando ao ser humano a construção de sua história. O desenvolvimento infantil é construído na base da imaginação, acompanhado de brincadeiras e jogos, que vai propiciar a este ser em formação um desenvolvimento psicológico, intelectual, físico e social, pautado nas mudanças e comportamentos construindo sua personalidade sob bases sólidas.

[...] ressalta que é preciso compreender que a criança, é um sujeito histórico, social e cultural, uma vez que esta influência é influenciada pelos determinantes que constituem a sua formação social de onde se encontra inserida. (VYGOTSKY, 1988. P.82).

Através do contato com seus semelhantes e com o meio onde vive, a criança está sempre pronta para construir o conhecimento que lhe garante a sobrevivência.

É por meio da educação que a criança promove trocas e interações apropriando-se do saber. Sendo assim, o processo de aprendizagem dar-se por uma ação conjunta entre as pessoas que cooperam e interagem em busca do aprendizado.

3.1 O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A emancipação feminina trouxe consigo algumas transformações importantes que interferiram diretamente na sociedade. A inserção da mulher no mercado de trabalho fez surgir à necessidade das famílias em relação à criação de instituições que se encarregassem de cuidar dos filhos pequenos.

Em função dessa necessidade primeira, a Educação Infantil cresce a passos largos no Brasil e no mundo. Sob os argumentos de que a ciência reconhece a infância como um período crítico de desenvolvimento humano, faz-se necessário estabelecer o direito ao cuidado e a educação desde o nascimento, bem como garantir aos pais ou responsáveis o direito ao trabalho enquanto seus filhos de zero a seis anos recebem educação em estabelecimentos especializados.

Outras instituições que se encarregam de pesquisas acerca das crianças a exemplo da UNICEF, UNESCO, BANCO MUNDIAL E IPEA, trazem importantes contribuições dirigidas à primeira infância tais como: a afirmação da necessidade da realização de grandes investimentos em educação, saúde e melhoria do ambiente social das crianças pequenas, aumento do número médio de anos de estudos, melhoria do nível de instrução e qualidade de emprego que possibilita o aumento de renda, redução dos índices de fracasso escolar, redução dos índices de fertilidade, redução da pobreza, redução da violência, redução da dependência química e redução das pessoas assistidas pelos serviços psicossociais.

Embora tenha havido uma grande evolução na oferta de educação, as crianças negras e pobres ainda se encontram a margem desse processo. Apenas a partir de 1970, houve uma maior democratização das escolas públicas com o ingresso de um número considerável de alunos oriundos das camadas menos abastadas do país, entre os quais muitos são negros. Uma vez que estes formam a maioria da população pobre do Brasil, resultado de uma abolição excludente e sem políticas públicas de afirmação do negro neste país que por mais de quatro séculos

utilizou-se da mão de obra escrava, sendo o último país latino-americano a libertar os cativos.

Após a ampliação da educação muitas crianças negras tiveram a oportunidade de frequentar as salas de aulas, com o passar do tempo percebe-se, que apenas a possibilidade do ingresso da população negra no ambiente escolar não foi suficiente, uma vez que ocorria uma grande evasão e repetência entre os mesmos. Isto se dava por vários fatores, entre os quais podemos destacar: por mais que as escolas abrissem suas portas a estas novas clientelas as suas estruturas ainda continuavam com a prática elitista e excludente de sempre.

Segundo Santana (apud Melo & Coelho, 2006, 33.):

Destacasse nesse período o movimento negro criticando o modelo de escola que desconsiderava o patrimônio histórico cultural da população negra, além de denunciar o racismo existente nas escolas, o que contribuía para a evasão e o fracasso escolar das crianças negras.

Neste contexto notasse que a escola ainda não está aberta para assumir a sua função social de ser corresponsável pela formação de uma nova sociedade, desconstruindo os valores herdados da sociedade escravocrata, pois independente do grupo social ou étnico-racial a que atendam, é importante que não se prendam a valores da classe dominante.

Embora, a história da educação infantil no Brasil date de um período de aproximadamente cento de cinquenta anos, foi a partir dos anos 70 que seu crescimento se deu de forma mais acelerada. A legislação vigente na Constituição Federal de 1988 previa que o atendimento as crianças até seis anos de idade não era considerada de cunho educacional. Tal atendimento era caracterizado essencialmente de natureza assistencial.

Com o fim da escravidão e a Proclamação da República, surge uma nova sociedade dominada por ideias capitalistas e urbano-industrial, a qual percebia a criança como um adulto em potencial, sendo necessária uma educação voltada para a profissionalização dos futuros trabalhadores. Em 1988, a Constituição Federal, define creche/pré-escola como direito da família e dever do Estado, dois anos depois, em 1990, surge o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil.

Segundo alguns pesquisadores das dificuldades de aprendizagem, as crianças devem adquirir pré-requisitos básicos que contribuem para a concretização do conhecimento tais como: esquema corporal, sentido de lateralidade, coordenação visual e motora, memória cenestésica e linguagem oral mais elaborada. É no período atribuído a Educação Infantil, que estes pré-requisitos se desenvolvem, sendo os mesmos, indispensáveis para compor o repertório que se aprimorará durante as etapas seguintes da educação.

A educação infantil é aquela apropriada à criança, que leve em conta todo o seu desenvolvimento. A criança, é um ser em transformação com facilidade de aprender, mais sem consciência da sua própria existência, sem estrutura nem maturação psicológica, física e mental suficiente, para transformar e suportar os efeitos mais complexos da sua formação.

Neste contexto, a educação infantil, surge como fase primordial para se combater os efeitos e disseminação das práticas de racismo, tendo em vista que, a escola é capaz de produzir uma educação sem estereótipos e ideias pré-concebidas, produzindo diálogos e debates a cerca do assunto. Racismo e ignorância caminham de mãos dadas, porém, não há preconceito racial que resista à luz do conhecimento.

A educação é um direito de todos e dever do Estado, mas, é necessário que seja realizada com qualidade, sendo capaz de abrir os espíritos, de promover o respeito às diferenças culturais, sociais e étnicas que fomente nos corações de todos o ideal de igualdade. Para tanto, é indispensável que os currículos e livros didáticos estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância. Mais do que isso, é indispensável que se reflita sobre as contribuições dos negros na formação da nação e da cultura brasileira, negar tais contribuições também é uma forma de discriminação racial.

A superação das práticas racista em nossa sociedade, ainda é uma tarefa difícil, porém de necessidade moral, sendo a educação um terreno decisivo para a consolidação desse processo, principalmente quando iniciado na educação infantil, fase em que a criança apresenta-se como uma tábua rasa, podendo ser desenvolvidas práticas educacionais antirracistas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Gomes (2002) diz que o corpo é construído biologicamente e simbolicamente na cultura e na história. As relações humanas são dadas, nos diz a autora, também

pelas posturas, pelas predisposições, pelos humores e pela manipulação de diferentes partes do corpo. O corpo é simbólico, o corpo evidencia diferentes padrões estéticos e percepções de mundo. E é justamente esse olhar sobre o corpo negro, na escola, que nos leva a questionar como os professores/as e alunos/as negros e brancos lidam com dois elementos construídos culturalmente na sociedade brasileira e tomados como definidores do pertencimento étnico/racial dos sujeitos: a cor da pele e o cabelo. Para esses negros, experiências negativas com o corpo e com o cabelo crespo não ficam limitadas somente ao âmbito da família. A escola também é um fator importante no processo de construção da identidade do sujeito.

Para Drouet (2005. p. 147) a aprendizagem se dá por meio de um processo cumulativo em que cada nova aprendizagem soma-se aos conhecimentos já construídos através de experiências individuais ou coletivas, o que acaba por constituir sua identidade cultural. Drouet afirma que os primeiros aprendizados servem de base para os subsequentes.

As crianças que por ventura não conseguem desenvolver as habilidades inerentes à infância, fatalmente não terão condições intelectuais de transpor as barreiras do desenvolvimento. Portanto, fatalmente está fada ao insucesso.

[...] O desenvolvimento humano organiza-se por períodos de maturação que questionam a construção de conhecimentos anteriores, migrando para outros níveis de conhecimento. O processo educativo dar-se por sistemas organizados em etapas sucessivas e indissociáveis, cada etapa não concluída implicará no desempenho da próxima etapa, comprometendo o desenvolvimento e aprendizagem da criança por toda vida. VEIGA (2005. p. 237)

A análise das considerações anteriores nos remete a fatos que justificam a baixa qualidade e o insucesso que as crianças apresentam ao ingressarem na educação fundamental, o não desenvolvimento das habilidades e competências em tempo adequado compromete o desenvolvimento intelectual dos pequenos docentes. O que não quer dizer que as crianças cheguem à escola como uma tábua rasa, ao contrário, elas são cheias de experiência que necessitam ser desenvolvidas e melhor elaboradas.

Neste contexto, julga-se essencial rever os conceitos de educação na infância a fim de garantir o direito à educação infantil, bem como, propiciar o desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas e afetivas, capazes de prepará-las para enfrentar os desafios futuros. Tais mudanças devem também

considerar a oferta e o direito de todas as crianças brasileiras de desfrutarem da infância e tudo que ela traduz de melhor.

3.2 LEIS QUE REGULAMENTAM A CRIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Constituição Federal de 1988 tornou obsoleta a lei nº 4024/61 que regulamentavam as questões da educação em âmbito nacional. Apenas em 1996, com a criação da nova LDB nº 9394/96 o debate acerca do assunto foi concluído.

Sancionada em 20 de dezembro de 1996, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a nova LDB baseou-se no princípio universal à educação, promovendo diversas mudanças em relação às leis anteriores. Tais como:

- Inclusão da Educação Infantil, creches e pré-escolas como primeira etapa da educação básica;
- Educação básica composta em três etapas;
- Educação Infantil – atende crianças de 0 a 3 anos de idade em creches e de 4 a 5 anos de idade em pré-escolas;
- Ensino fundamental de nove anos;
- Ensino médio de três anos e de responsabilidade dos estados.

Com o objetivo de promover integralmente o desenvolvimento físico, psicológico intelectual e social, complementando as atribuições familiares o art. 29 da LDB traduz:

[...] A educação infantil é duplamente protegida pela Constituição Federal de 1988: tanto é direito das crianças como é direito dos trabalhadores (as) urbanos e rurais em relação a seus filhos e dependentes. Ou seja, a educação infantil é um exemplo vivo da indivisibilidade e interdependência que caracterizam os direitos humanos, pois reúne em um mesmo conceito vários direitos: ao desenvolvimento, à educação, ao cuidado, à saúde e ao trabalho.

Constituição Federal (CF. art. 7º, XXV, e art. 208, IV). Seu reconhecimento na Constituição de 1988 é expressão do dever de toda a sociedade, representada pelo Estado, com o cuidado das crianças pequenas, e sua implementação representa o enfrentamento das desigualdades de gênero, entre homens e mulheres, pais e mães.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

3.3 EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO LEGITIMADO

Segundo a Constituição Federal e a LDB, a educação infantil é:

- Direito da criança e das famílias;

- Dever do Estado do poder público e das famílias;
- Não obrigatório, a obrigatoriedade dar-se apenas a partir do ensino fundamental, iniciado aos sete anos de idade;
- Gratuita nos estabelecimentos oficiais e em entidades covalentes.
- Definida como primeira etapa da educação básica;
- Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, nos campos físicos, psicológicos, intelectual e social;
- Complementar as ações familiares e da comunidade no desenvolvimento da criança, promovendo a integração entre escola-família-comunidade;
- Receber tratamento igual ao ensino fundamental e médio, porém com legislação específica;
- Deve ser oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos, e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos.
- Realizar a avaliação da criança sem a objetivação da promoção para o ensino fundamental.

3.4 A LEI 10.639/03 CULTURA E EDUCAÇÃO AFRODESCENDENTE

Desfrutar de direitos como qualquer cidadão, ter sua cultura legitimada como forma de contribuição para a formação do povo brasileiro e alcançar direitos iguais, sempre foi um anseio do povo negro. Após muitos anos de luta o governo federal por intermédio da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPER), instituiu a lei nº 10.639 que alterava a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Suas principais contribuições no tocante foram:

- Estabelecer diretrizes da educação nacional para a educação do povo negro;
- Incluir na rede oficial de ensino a História e Cultura Afro-Brasileira como fundamento obrigatório.

De acordo com o Art. 1º alterações foram feitas para que a Lei nº 9.394 pudesse vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79 –B.

Art. 26-A. Torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afrodescendente em estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

§ 1º O conteúdo programático do currículo escolar incluirá obrigatoriamente o estudo de História da África e dos africanos, bem como, sua cultura e suas contribuições na formação da sociedade brasileira, a fim de promover um resgate do negro nas áreas econômicas, sociais e políticas;

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afrodescendente, serão ministrados de maneira interdisciplinar, em especial nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História brasileira.

Art. 79 – A (vetado)

Art. 79 – B Incluirá no calendário escolar o dia 20 de novembro “Dia da Consciência Negra”. Esta data foi escolhida por marcar o aniversário de morte de Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo brasileiro, localizado na Serra da Barriga – Estado das Alagoas. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2013.

Com o intuito de viabilizar a implantação da lei, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afrodescendente. As mesmas foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de março de 2004.

Em seus aportes, as Diretrizes apontam também para a necessidade de estruturar as condições matérias das escolas, e da formação dos professores. Requisitos essenciais que juntamente com a valorização da história e identidade cultural dos afrodescendentes compõem elementos indispensáveis para uma educação de qualidade para todos.

Através da Lei 10.639/03 as lutas pela afirmação da identidade cultural negra vieram a público, afirmando a necessidade de se rever as graves consequências sofridas pelo povo negro, decorrentes do processo de colonização brasileira. Cabendo ao Estado, promover políticas públicas que visem minimizar os efeitos de anos de escravidão.

O Art. 205 da Constituição Federal declara:

[...] É dever do Estado garantir indistintamente e por meio da educação, iguais direitos e deveres que possibilitem o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Quando o Estado deixa de cumprir o seu papel todas as minorias, incluindo os afrodescendentes tornam-se prejudicados agravando ainda mais as disparidades sociais, pautadas em bases preconceituosas que compõem a sociedade brasileira desde a sua formação. (BRASIL, 2006)

Tornar a normatização e aprovação da Lei 10.639/03 conhecido por todos os educadores de escolas públicas e privadas, faz-se necessário, pois as ações pedagógicas precisam ser voltadas para o cumprimento da mesma. A legislação não deve ser representada apenas nas esferas políticas, mas também, no meio

pedagógico, tendo em vista sua influência transformadora acerca das diversidades. Sendo assim, é relevante ressaltar que, a lei busca minimizar as desigualdades que historicamente atingem grupos sociais que representam minorias da população. Neste caso, dando destaque aos negros, beneficiados por ações afirmativas emergenciais como cotas etc.

Gomes 2001, p.3, afirma que reconhecer a possibilidade de ações afirmativas em todas as modalidades de ensino é, portanto, desmistificar a ideia de que políticas que visam à igualdade social só podem ser feitas por meio de cotas. A lei 10.639/03 tem como objetivo afirmar que desde a educação infantil é direito da criança e obrigação da escola proporcionar o direito à diversidade étnica racial, ressaltar a história de luta, romper com o silêncio sobre a realidade africana e afro-brasileira nas práticas e nos currículos escolares é no mínimo resgatar a dignidade do povo negro, negligenciada por séculos de escravidão.

A vantagem da Lei 10.639/93 era exatamente a evidenciação da questão racial negra, constituindo um marco, uma conquista histórica do movimento negro brasileiro. A lei 10.639/03 foi um avanço, pois ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história da Cultura Africana e do povo negro no ensino médio e fundamental, público e privado, retirava nosso povo do ocultamento histórico a que fomos submetidos, obrigando a sociedade brasileira, composta de um pensamento social racial, a aceitar, estudar e entender nossas histórias, costumes, culturas e tradições.

Tomando-se por base a historicidade vivenciada até aqui se percebe que a situação da criança negra no âmbito educacional tem melhorado bastante. Sobretudo, com a inserção de elementos curriculares sobre a influência dos negros na formação social do povo brasileiro, buscando-se através das brincadeiras de origem africana, construir uma identidade positiva da criança negra, uma vez que, essas brincadeiras são recheadas de histórias positivas desse povo por séculos inferiorizados.

Entretanto ainda se faz necessário uma reflexão mais crítica e aprofundada no que diz respeito à inclusão efetiva e qualitativa da criança negra como cidadã possuidora de um passado histórico que queiramos ou não tem influenciado as relações que se estabelecem no cotidiano escolar.

3.5 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Práticas de desigualdades sociais e o preconceito são marcas difíceis de serem removidas da sociedade brasileira, pois estão colocadas de forma intrínsecas na alma de um povo extremamente miscigenado, mas que, tem sua formação baseada na conduta de superioridade branca europeia.

A família, as escolas, igrejas e quais quer centros de convivência, são elementos importantíssimo na construção da identidade étnico-racial. Considerando que esse processo se consolida na interação com o outro. No entanto, todo e qualquer espaço comum pode intensificar a diversidade existente na composição da população brasileira.

Por muitos séculos, os africanos e afrodescendentes foram colocados na condição de inferioridade. Embora o Brasil se intitule “Livre do Racismo”, sabe-se que ele pode apresentar-se de maneira dissimulada, sendo por muitas vezes difícil de ser identificado, mesmo por aqueles que sofrem seus efeitos.

É na infância que a formação da personalidade se inicia, sendo esse o principal momento para a construção da identidade positiva do negro. É dever das famílias, escolas e Estado garantir e defender os direitos étnicos individuais e coletivos à população negra, combatendo o preconceito, a discriminação e as demais formas de intolerância étnica, a promoção da igualdade de oportunidades contribui para a construção da identidade racial das crianças.

[...] As ações afirmativas podem ser entendidas como políticas de correções de distorções sociais, pois falamos de um “lugar”, no qual entendemos as medidas afirmativas enquanto justificativa para correções de distorções sociais, que acreditamos existirem e propomos um axioma no qual entendemos e relegamos ao discurso jurídico constitucional da “igualdade de todos os cidadãos perante a lei”, enquanto elemento necessário para a promoção da igualdade, justificando e legitimando ações afirmativas para que eventuais distorções sejam corrigidas e fazendo com que as cotas adquiriam o valor de “políticas compensatórias”. (LIMA, 2008, p.30)

O segmento da Educação Infantil favorece a afirmação da identidade da criança negra. Abordar a inclusão em âmbito escolar é necessariamente oferecer uma escola igualitária em oportunidades de vez e voz independente da cor da pele, raça ou crença religiosa. Dá visibilidade às diferenças étnicas e raciais, trabalhar o pluralismo cultural é papel importante desempenhado pela educação formal, ou seja, educação por parte da escola para a formação do caráter da criança.

Apesar da permanência de práticas discriminatórias, a pluralidade cultural vem sendo discutida amplamente ao longo da história, de modo a ser refletida na sociedade e no espaço escolar. A observação de como o preconceito e a discriminação racial interferem na formação da identidade da criança negra dentro e fora do espaço escolar, faz-se necessária e urgente.

4 AS INFLUÊNCIAS AFRICANAS NAS BRINCADEIRAS DE CRIANÇA: A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

“Brincar com crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem”.

Carlos Drummond de Andrade

É por meio das brincadeiras que as crianças conhecem o mundo à sua volta. As atividades lúdicas exploratórias atribuem um valor a tudo, sejam atividades primárias como ouvir e falar ou atividades mais elaboradas como jogos verbais, leituras de textos, histórias, teatros, dramatizações ou leituras dramatizadas.

Através do brincar as crianças exercem novos conhecimentos e aguçam sua imaginação, exercitam os músculos e desenvolvem o raciocínio lógico. Quando dirigido de forma adequada, às características infantis de desenvolvimento cognitivo e idade, o brinquedo constitui-se como instrumento formador de cidadãos autônomos e transformadores.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 27, v.01):

[...] O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

A mudança no ritmo de vida imposto pelo desenvolvimento das civilizações alterou bruscamente o comportamento social. Brincar não é mais permitido como há algum tempo atrás. A urbanização acelerada reduziu o espaço físico e o tempo das brincadeiras, aumentou a violência e impossibilitou a brincadeira na rua e as tecnologias desestimulam as brincadeiras com os brinquedos tradicionais.

Desde os primórdios, brincar é uma atividade de crianças e adultos, já na antiguidade as crianças participavam de jogos, festas e brincadeiras com adultos, porém, em espaços separados. As crianças brincavam em praças públicas, misturados em grupos de meninos e meninas e sem a supervisão dos adultos. (VASCONCELOS, 1996. p. 39).

A evolução das sociedades gerou duas alterações importantes na postura social. Surgindo assim duas novas situações impostas às crianças tais como: crianças separadas da vida dos adultos e crianças institucionalizadas. O brincar transformou-se apenas em atividades infantis, sendo as escolas consideradas o local adequado para a utilização da ludicidade como instrumentos de aprendizagem.

Velasco (1996, p. 43) afirma:

[...] O brincar nunca deixará de ter o seu papel importante na aprendizagem e na terapia, daí a necessidade de não permitirmos suas transformações negativas e estimularmos a permanência e existência da atividade lúdica infantil.

Ao brincar, a criança desenvolve a criatividade, torna-se responsável e habilidosa, o ato de brincar propicia um crescimento saudável à criança. A criança que brinca vive a plenitude de sua infância, tornando-se um adulto capaz de compreender e solucionar problemas do cotidiano. Já a criança que por qualquer razão é privada do direito de brincar, desenvolve sequelas que carregará pela vida a fora.

Ao brincar a criança interioriza valores, eleva sua autoestima, cria, recria e transforma conceitos já adquiridos, com os quais elas brincam. A brincadeira desenvolve vivências imaginativas, criadas pela própria criança, assim as mesmas acionam pensamentos para a resolução de problemas imaginários, o que é muito importante e significativo para seu desenvolvimento cognitivo.

4.1 A HERANÇA AFRICANA NAS BRINCADEIRAS DE CRIANÇA

BRINCADEIRAS DE CRIANÇA

Brincadeiras de criança; como é bom assim brincar;
Mas, só quem entrar na roda, vai poder aqui pular.

Pular corda, cabra-cega, salvar lata e tem pião;
Mãe da rua e pular cela. Não é bom soltar balão.
Dê um salto e bata as palmas; meio giro e vai-se ao chão;
Meio giro agachadinho. Dê um pulo e bata a mão.

Pega-pega, duro ou mole, morto-vivo e amarelinha;
 De boneca ou bicicleta. Vai montar uma casinha..
 Mão esquerda, mão direita; minhas mãos eu vou cruzar.
 E uma pomba pequenina, vai surgir para voar.
 Fecho os olhos e em silêncio. Uso a imaginação:
 “— Sou um príncipe ou princesa. Lobo mal, eu não sou não.”
 O pé esquerdo, o pé direito; os meus pés eu vou cruzar.
 E num giro, um rodopio, quase tonto eu vou ficar.
 Bata as palmas bem mais forte, giro e meio e vai-se ao chão.
 Num só pé agachadinho, vai subindo com atenção.
 Venha andar no seu carrinho, meio giro em rolimã.
 Esconder-se dos amigos, do irmão ou da irmã.
 Vou jogar minha peteca, quem pegar, cante a canção.
 Dessa roda eu vou saindo, segurando a sua mão.

Moses Adam.

Desde os tempos mais remotos os seres humanos se utilizam da ludicidade como forma de expressão. Através das esculturas e das pinturas rupestres, a humanidade construiu e comunicou sua cultura. Por intermédio das brincadeiras, são vivenciadas experiências que compõem uma cultura social, que transmitem tradições e comportamentos.

Em sua origem epistemológica, “LÚDICO” deriva do latim “LUDUS” que significa “JOGO”, referindo-se essencialmente ao ato de jogar executando movimentos espontâneos. Na educação infantil, a criança necessita brincar, pois o ato de brincar contribui de maneira contundente para a construção do conhecimento. Brincando, a criança explora o mundo a sua volta compreende a si mesma e aos outros, desenvolve sentimentos e constroem sua identidade.

Conforme Antunes (2005, p. 33) O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. “As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo”. A cultura lúdica construída historicamente foi sendo alterada conforme as mudanças sociais, não sendo a mesma em tempos e sociedades diferentes.

Inserida em uma perspectiva inovadora, a ludicidade na escola aponta para a ideia de que a linguagem da brincadeira é universal, por intermédio dela torna-se possível desenvolver nos alunos a criatividade e a imaginação capazes de desenvolver o pensamento crítico desde a infância.

Nessa perspectiva consideramos essencial investigarmos as origens das brincadeiras populares usadas em sala de aula, com finalidades pedagógicas e conscientes que todos os povos apresentam brincadeiras pertinentes às necessidades de cada cultura.

A maior parte das brincadeiras brasileiras são resultados da espontaneidade da cultura popular, que perpassa os limites da arte de brincar, cantar, dançar e imaginar.

Cascudo (1988. P.18) relata que dos três povos que mais contribuíram para a formação da população brasileira, os portugueses trouxeram maior influência para as brincadeiras contados, transmitidas através da oralidade. O modo de brincar foi se transformando com base nas misturas dos costumes africanos com os lusitanos, além das variações regionais de uma mesma brincadeira. No entanto os ritmos e danças africanas deram um tempero mais quente a ludicidade brasileira.

Os negros primitivos misturaram-se ao cotidiano do período colonial, nas atividades nos engenhos, nas plantações de cana-de-açúcar, nas atividades mineradoras, nas atividades domésticas nas casas grandes e nos trabalhos nas cidades litorâneas. A distribuição desse povo de forma muito variada, dificultava a separação do que é específico das populações africanas e suas adaptações.

A rigidez das sociedades patriarcais do século XIX limitava as brincadeiras e o comportamento infantis. Uma vez que, as crianças eram vistas como mini adultos. Freyre (2005. p. 127) destaca que, ao acompanhar os pais no labor cotidiano da casa grande ou do eito, as crianças reproduziam em suas brincadeiras esses afazeres, bem como o contexto de violência vivenciado na época.

[...] Muitas crianças brancas eram criadas pelas escravas africanas juntamente com seus filhos negros, os quais eram mais habilidosos com a natureza, mais dados a traquinagens e a criatividade devido a sua condição servil. (FREYRE, 2005. P. 76)

O canto, a dança, a poesia e o compartilhar são elementos presente nas brincadeiras africanas. A simplicidade, a riqueza simbólica e a ludicidade peculiar, encantam e conquistam as crianças com aquilo que é próprio do seu tempo.

Embora a presença negra seja muito expressiva na formação da sociedade brasileira é clara a dificuldade de especificar de forma mais detalhada suas contribuições. Tendo em vista a falta de documentos comprobatórios que relatem sua história, crenças e costumes.

Acerca desta problemática, Cascudo (1958. p. 50-57) afirma:

O desconhecimento dos brinquedos de origem negra anteriores ao século XIX dificulta seu reconhecimento. Os séculos de escravidão impuseram ao menino africano um contato intenso com a cultura europeia, descaracterizando-o. Além do mais, há brinquedos universais presentes em qualquer cultura e situação social como as bolas, as pequenas armas para simular caçadas e pescarias, ossos imitando animais, danças de roda, criação de animais e aves, insetos amarrados e obrigados a locomover-se, corridas, lutas de corpo, saltos de altura, distância, etc., os quais parecem, segundo o autor, estarem presentes desde tempos imemoriais em todos os países.

Para Cascudo (1958), o grande desafio é compreender se as crianças africanas do século XVI trazidas à força para o Brasil juntamente com suas mães escravizadas, tiveram ambiente adequado e possibilidade de reproduzir as brincadeiras de seus países de origem, ou simplesmente aceitaram e adotaram o que lhes foram imposto. O autor entendia que as crianças africanas aceitavam rapidamente a ludicidade que o ambiente lhe ofertava, servia-se do material mais próximo e brincava, talvez conservando a técnica africana ou adotando a local.

Embora a população negra tenha contribuído de forma decisiva para a formação do povo brasileiro. Foi apenas a partir da Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos afro-brasileiros no Ensino Fundamental e Médio, que as escolas ampliaram a reflexão e discussão sobre o papel e a posição do negro em nossa sociedade.

Para tanto, busca-se com este trabalho conscientizar e valorizar a contribuição do negro nas brincadeiras de crianças, as quais são adotadas até os dias atuais. Conhecer a influência negra nas brincadeiras infantis possibilita aproximar nossos alunos da riqueza cultural afro-brasileira, reconhecendo suas raízes, elevando a autoestima da criança negra e propiciando as crianças brancas a oportunidade de construir conjuntamente uma sociedade mais justa e menos preconceituosa.

Entre os brinquedos e brincadeiras pesquisados por Cascudo, encontram-se:

BRINCADEIRAS	DESCRIÇÃO
ESPINGARDA DE TALO DE BANANEIRA	Para confeccioná-la, basta fazer uma série de incisões no talo da bananeira, deixando os fragmentos presos pela base. Ao levantar todos esses pedaços, seguros por uma haste, e ao passar a mão ao longo da haste, fazendo-os cair, eles soltam um ruído seco e uníssono, simulando o tiro da espingarda.
PICULA OU PEGA-PEGA	Esse jogo é chamado na Bahia com um nome em Iorubá-Picula. O Grupo escolhe quem vai ser o pegador, os participantes correm livremente enquanto o pagador tenta pegá-lo. Quando isso acontece, quem foi pego é o próximo pegador.
BARRA MANTEIGA	O grupo deve ser dividido em dois. Traçar uma linha com mais ou menos 5 metros de distância uma da outra. Os dois grupos posicionam-se atrás da linha. Todos devem estar colocados com a palma da mão para cima, os braços dobrados na altura da cintura. O jogador bate nas mãos dos jogadores adversários levemente, até que escolhe um e bate mais firmemente e corre para sua linha. O jogador escolhido deve persegui-lo na tentativa de pegá-lo, entretanto não pode ultrapassar a linha do adversário. À medida que os jogadores forem sendo pegos, vão sendo aprisionados no time oposto, ganha quem aprisionar um número maior de adversários.
BATATINHA FRITA, UM DOIS TRÊS	Um participante será o líder e deve ficar de costas para o resto do grupo. Traça-se uma linha e todo grupo se coloca atrás dela. O líder de costas para o grupo grita “Batatinha frita um dois três!” e vira-se rapidamente. Enquanto o líder está de costas dizendo o refrão, o grupo avança sem fazer barulho e para rapidamente antes que o jogador se vire. Quem for pego andando volta para trás da linha. O vencedor será quem chegar junto do líder sem ser percebido.

MACACO DISSE	Os participantes formam uma grande roda e sentam-se. O macaco então é escolhido pelo grupo. Cada vez que o macaco diz “Macaco disse que é pra todo mundo pular de uma perna só” todos os jogadores devem obedecer, de vez em quando o macaco, para confundir não dá a senha do jogo que é a palavra “Macaco disse”, quando isso acontecer, os jogadores que fizerem o gesto mandado, sairão do jogo. Quem ficar por último ganha.
QUATRO CANTINHOS	Jogo para 5 participantes. Definir um quadrado no chão quando o jogo for ao ar livre, se não, usar os quatro cantos de uma sala. Distribuir um jogador em cada canto e um jogador no meio. Contar alto até cinco, então os jogadores trocam rapidamente de lugar enquanto o meio tenta ocupar um dos lugares, o que sobrar sempre fica no meio.
PASSA-PASSA	Os jogadores devem estar sentados no chão em círculo e de pernas cruzadas, os braços abertos sobre as pernas. Um jogador escolhido deve passar o objeto de sua mão direita para a mão direita do jogador que estiver do seu lado esquerdo, o movimento deve continuar em toda a roda aumentando cada vez a velocidade. Quem deixar o objeto cair vai saindo da roda.
CHICOTINHO QUEIMADO	Jogo de roda e corrida onde circula um chicotinho que é arremessado nas pernas de quem perde o jogo. Como a brincadeira é a crônica da vida, presume-se que essa brincadeira de alguma forma é alusiva ao castigo atribuído aos escravos.
ESCRAVOS DE JÓ	É uma brincadeira de roda guiada por uma cantiga bem conhecida, cuja letra pode mudar de região para região. Para brincar, é preciso no mínimo duas pessoas. Todos têm suas pedrinhas e no começo elas são transferidas entre os participantes, seguindo a sequência da roda. Depois, quando os versos dizem “Tira, põe, deixa ficar!”, todas seguem a orientação da música. No verso “Guerreiros com guerreiros”,

	<p>a transferência das pedrinhas é retomada, até chegar ao trecho “zigue, zigue, zá!”, quando os participantes movimentam as pedras que estão em mãos para um lado e para o outro, sem entregá-las a ninguém. O jogador que erra os movimentos é eliminado da brincadeira, até que surja um único vencedor.</p>
PULAR CORDA	<p>Preferida das meninas, tanto na versão tradicional quando nas versões diferenciadas em que a brincadeira é guiada por alguma cantiga. Além de ser divertida para o lazer, é uma atividade excelente para exercitar o coração e a coordenação motora. Pode ser praticada tanto individualmente quanto em grupo, quando duas pessoas seguram as pontas das cordas e movimenta o instrumento para que um ou mais participantes possam pular. Quem esbarrar na corda sai da brincadeira. Ou simplesmente perde, e continua!</p>
PULAR ELÁSTICO	<p>Outra muito apreciada pelas meninas! Para brincar, basta separar pelo menos 2 metros de elástico de roupa e dar um nó. É necessário no mínimo 3 participantes: duas para segurar o elástico e outra para pular. As duas crianças que vão segurar o elástico ficam em pé, frente a frente, e colocam o elástico em volta dos tornozelos para formar um retângulo. Daí, o participante da vez faz uma sequência de saltos: pula para dentro, sobre e para fora do elástico, tentando completar a tarefa sem tropeçar. O grau de dificuldade aumenta ao longo da disputa: o elástico ainda deve subir do tornozelo para o joelho, cintura, tronco e pescoço. Dependendo da altura das crianças, o jogo vai ficando impraticável, mas é o desafio que estimula a brincadeira!</p>
KEBETO	<p>Este jogo é jogado com pelo menos 4 crianças que formam um círculo. Uma criança é escolhida para ser o passador do cinto. O passador do cinto é o que esconde ele, atrás de outra criança no círculo. O transeunte cinto tem que fazer isso discretamente de modo que ele ou ela não é detectado. Se o</p>

	<p>cinto de passear é pego, a criança que o cinto foi colocado atrás tenta correr atrás do passador de cinto. Como o jogo "Duck-pato ganso", o transeunte cinto tem que fazer de volta para um local aberto no círculo antes que ele seja capturado.</p>
KUKULU	<p>Antes do game começar, um lugar deve ser escolhido para ser a base principal do jogo. Este lugar é chamado de Mariam. De seis a quinze crianças pode jogar este jogo. Este jogo é muito parecido com a versão americana de esconde-esconde. Antes do jogo começar, uma pessoa é escolhida para dizer "Kukulu". Quando a criança diz Kukulu no local escolhido (Mariam), a outra criança para se esconderem em certa quantidade de tempo. Depois que a criança explora o local escolhido para encontrar as crianças escondidas os meninos e meninas tentar correr de volta para a Mariam sem ser pego pelo o escolhido. Aqueles que não são apanhados são os vencedores.</p>
SHISIMA	<p>Para dar início às atividades, o (a) professor (a) poderá trabalhar com o jogo Shisima, um jogo de tabuleiro originário do Quênia. Para confeccionar o tabuleiro do jogo será preciso utilizar um retalho de emborrachado (EVA) de aproximadamente 20cmx20cm e desenhar um octógono de 15 cm de diâmetro. As peças podem ser feitas de tampinhas de garrafa pet e cada jogador terá 3 peças de mesma cor. Para começar, os jogadores tiram par ou ímpar. Na disposição inicial, as peças ficam no tabuleiro como em um jogo de damas. O jogador que iniciar a partida poderá movimentar sua peça pelo tabuleiro até a aresta mais próxima que estiver vazia, sem pular qualquer outra peça. O objetivo do jogo é posicionar as três peças alinhadas.</p>
LABIRINTO	<p>A brincadeira do Labirinto é originária de Moçambique e possui uma dinâmica simples e interessante. Para começar é preciso que se faça um desenho do labirinto no chão. Os jogadores iniciam o jogo na primeira extremidade do</p>

	desenho. Para seguir em frente tira-se par ou ímpar repetidas vezes. Toda vez que um jogador ganhar ele segue para a extremidade à frente. O jogador que chegar à última extremidade primeiro vence a partida.
--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das pesquisas de Cascudo (1998)

A falta de informações a cerca do continente africano, resulta em pensamentos racistas e discriminatórios, os quais se refletem no imaginário de parte da sociedade brasileira, além de promover omissão e distorção histórico-cultural. A presença dos estereótipos em livros didáticos, na mídia e em outros materiais pedagógicos ou de opinião pública fortalece a rejeição inconsciente a um saber importante para a formação de uma identidade cultural livre de preconceitos.

Segundo Silva, 2001. A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que o negro internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do branco, tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.

Desta forma, a adoção de brincadeiras afrodescendentes nas escolas, contribui para a formação de uma visão positiva da África e seus descendentes. Conhecer a importância do negro na formação cultural do povo brasileiro por intermédio da ludicidade possibilita vivenciar, de forma reflexiva, a história de diferentes culturas, principalmente a africana, pouco lembrada na escola, apesar da legislação atual, Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003).

Ao conhecer as brincadeiras de origem africana as crianças passam a ter outra percepção de África e conseqüentemente outra percepção de negro e cultura negra, sendo que tal mudança, também reflete na formação da identidade da criança e no despertar de um novo olhar de si e do outro. As vivências, os diálogos, as brincadeiras afrodescendentes e as reflexões são de extrema importância para afirmação, compreensão e respeito de diferentes culturas e identidades, contribuindo para a construção de uma identidade positiva do negro, bem como para uma formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa parte da necessidade de compreender a importância da influência dos negros africanos e afrodescendentes nas brincadeiras de criança. Vygotsky (1984) atribuiu importante papel ao ato de brincar na construção do pensamento infantil. É brincando, jogando que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos.

Por meio das brincadeiras, a criança reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo seu próprio pensamento. Brincar é uma característica inerente à personalidade da criança, a curiosidade própria dos infantis permite o relacionamento com as pessoas, a descoberta do mundo, desenvolvendo suas habilidades e competências. Por meio das brincadeiras, a criança organiza as experiências vivenciadas, assimila as informações que recebe e desenvolve a capacidade autônoma de solucionar os problemas que lhes forem apresentados.

Este é apenas o início da construção de um trabalho, tendo em vista que o tema proposto é muito amplo e complexo. Haja vista o tempo limitado e a pouca literatura a respeito do tema proposto, esta pesquisa não é muito abrangente, pautando-se apenas nas considerações de alguns teóricos, sobretudo, Wallon(1994), Piaget(2005 – 1995 – 1986 – 1991 – 1973 – 1971), Vygotsky(1991 – 1988 – 1984), Freyre(1900 – 1987) e Cascudo(1988), entre outros.

Embora façamos parte de uma sociedade que se intitula não preconceituosa, ainda não somos capazes de reconhecer toda a importância da contribuição negra na formação do povo brasileiro. O ambiente escolar configura-se em muitos momentos como palco de discriminação sofrida pela população negra, quando a negação dos seus valores históricos e culturais, acabam por negligenciar a construção de sua identidade, em sua visão sobre eles próprios, bem como, no olhar dos outros sobre eles.

Historicamente, prevalece em nossa sociedade a égide de pensamento que desvaloriza e silencia o negro em sua essência. Somos dados a negarmos sua cor da pele, seus cabelos crespos, seus narizes largos, suas manifestações culturais e religiosas. Através dos seus currículos dirigidos para a população branca, a escola potencializa essas práticas racistas, que há séculos inferioriza a população afrodescendente no Brasil.

Desde muito cedo as crianças negras são ensinadas a reconhecer o seu “não” lugar na sociedade, sempre subjugadas aos brancos como símbolos de beleza, inteligência e competência. Fato que os mantém em condição secundária em âmbito social.

Ainda que tenhamos alcançado muitas conquistas no tangente à educação relacionada às questões étnicas raciais, materializada na Lei nº 10.639/03, ainda há um caminho muito longo a ser percorrido para a construção de um modelo educacional que vise contemplar a todos em suas pluralidades e singularidades.

Ao reportamo-nos a Cascudo (1958), percebe-se que o desconhecimento dos brinquedos de origem negra anteriores ao século XIX dificulta o reconhecimento da influência negra nas brincadeiras de criança. Encontrar documentos que relatem o negro de forma não estereotipada, negativa, corroboram para uma educação que valoriza a diversidade, as origens e acima de tudo, contribui para o processo de do aluno negro e o desenvolvimento de sua identidade étnico-racial.

Diante do exposto, verifica-se de forma clara a necessidade da ampliação do número de pesquisas acerca das contribuições do negro nas brincadeiras infantis, uma vez que estas favorecem o reconhecimento e aceitação do negro como um ser social. A produção de textos sobre a temática aqui veiculada propicia uma reflexão sobre o papel das brincadeiras na Educação Infantil sobre uma ótica contemporânea. Suscitando maiores discussões acerca das relações raciais e a escola na construção de uma sociedade que respeita a igualdade e valoriza as diferenças.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra de. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Centro de Estudos Afro-Orientais Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências: Os jogos e os parâmetros curriculares nacionais**. Campinas: Papyrus, 2005.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: 2 edição 1978.
- ARROYO, Miguel G.. **Ofício de Mestre: imagens a auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil**. Resolução CEB\ CEB n.5, seção 1, p. 18, 2009. BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Federal nº 9.394 /96, 2. Ed. Rio de Janeiro, 1999.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais de Língua Portuguesa**, Brasília: MEC. Ministério da Ed. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Brasília. DF, 2006.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore Brasileiro**. 6ªedição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universo, 1998.
- CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, MG, 1988.
- DROUET, Ruth Caribe da Rocha. **Distúrbios da Aprendizagem**. – Editora: Ática, 2005.
- FREYRE, Gilberto, 1900- 1987, **Casa grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**.Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51ª ed. Ver. São Paulo: Global 2005.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e Soares, Leôncio. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliana e LEAL, Telma. **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas,1996.

GOMES, N.L., SILVA P.B.G. **Experiências Étnico-Culturais Para A Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LIMA, Heloísa Pires. **Histórias da Preta**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. (Original de 1964).

_____. INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. 135p. (Original de 1988).

_____. **A equilibrção das estruturas cognitivas. Problema central do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. **A formação do símbolo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

_____. **A Construção Do Real**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**: São Paulo: Zahar, 1971.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho** – Editora: JOSÉ OLYMPIO, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. **Educação Infantil. In: Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006. p.2949.

SILVA, A. C. **Destruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

VICENTINO, Cláudio; Dorigo, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2010.

VELASCO, Cacilda Gonçalves. **Brincar o despertar psicomotor**. Sprint Editora, Rio de Janeiro, 1996.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CASTANHO, Maria Eugenia L.M (orgs.). **Pedagogia Universitária**: A aula em foco. Campinas-SP: Papyrus, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **A Formação Social da Mente**. RIO DE JANEIRO: MARTINS FONTES, 1988.

_____. **A Formação Social Da Mente: O Desenvolvimento Dos Processos Psicológicos Superiores**. Tradução De José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto E Solange Castro Afeche – 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. **As Etapas Da Socialização Da Criança**. Lisboa, 1953. WALLON, H. **As Origens do Caráter**. Trad. Heloyza Dantas de Souza Pinto. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Criança**. Lisboa. Veja Universidade, 1979.